

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

JORNAL DIÁRIO DA SERRA
Propriedade da **AJOTA**
ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16
ISSN 22386467

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes Homsí (DRT-MT 1302)

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos
para o **whatsapp** do **DIÁRIO DA SERRA**
(65) 3326-4724 

www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br



DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA
SERVIÇOS GRÁFICOS
E. Tormes e Cia. LTDA
CNPJ: 14.048.123/0001-07
CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
Fone: (65) 3326-4724

ENDEREÇO: Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque
Mansões - 78302-028 Tangará da Serra-MT
Fundado em 11 de novembro de 1996
Edição online desde 06 de setembro de 1997

TIRAGEM:1 MIL EXEMPLARES
CIRCULAÇÃO: Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenápolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE:   /jornalds
(65) 3326-4724 

CURTAS//

LANÇAMENTO

A Associação Brasileira de Engenheiros Cívis de Mato Grosso (Abenc-MT), em parceria com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso (Crea-MT), realizou, em Tangará da Serra, a etapa de lançamento do Manual do Engenheiro Civil Abenc-MT 2025. A ação faz parte do Chamamento Público nº 001/2025 do Crea-MT.

MANUAL

O manual reúne orientações atualizadas e diretrizes essenciais sobre Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), atribuições do engenheiro civil, funcionamento do Sistema Confea/Crea e da Mútua-MT, ética, fiscalização e responsabilidades técnicas. A publicação busca fortalecer o exercício ético e valorizado da profissão.

RENEGOCIAÇÃO

Empreendedores com contratos em aberto têm até o dia 30 de setembro para aderir ao mutirão de renegociação da Desenvolve MT, que oferece condições especiais. Clientes que quitarem o débito em até 12 parcelas terão isenção de juros e multas, sendo aplicada apenas a correção monetária. Já para o pagamento à vista, os descontos sobre juros e multas podem chegar a 100%.

ARTIGO//

Integração ministerial

Vamos imaginar um grande quebra-cabeça, desses de milhares de peças. Agora, pense em 38 pessoas, cada uma com um punhado de peças na mão, tentando montar a imagem final, mas sem conversar muito umas com as outras. Parece confuso, não é? Pois é mais ou menos assim que funciona quando falamos da estrutura de poder com seus ministérios, cada um responsável por formular políticas públicas, executar orçamentos e criar programas de governo. A esplanada dos ministérios é um grande exemplo disso, com seus prédios todos iguais, dispostos lado a lado, manda uma mensagem clara, aqui todos são iguais, e estão todos para ajudar a construir um governo. Em tese, parece uma boa ideia, mas na prática, a coisa é bem complicada, por um simples detalhe que passou despercebido por Oscar Niemeyer, não existe ligação entre eles! Na prática, cada ministério acaba criando suas próprias políticas, quase como se fossem ilhas isoladas onde essas caixinhas desconexas trabalham com foco em suas áreas específicas, mas muitas vezes sem uma visão integrada do todo. O resultado? Programas que não conversam

entre si, orçamentos que se sobrepõem e, pior ainda, esforços que se anulam. Quando cada setor age por conta própria, perde-se um tempo precioso e em vez de somar forças, os recursos – sejam financeiros, humanos ou de tempo – são dispersos. E aí, para tentar resolver essa falta de coordenação, o que acontece? Criamos comissões de trabalho. Sim, aquelas reuniões intermináveis, com dezenas de pessoas tentando alinhar o que poderia ter sido planejado em conjunto desde o início. É como colocar um remendo em um tecido que já está cheio de furos. As comissões, embora bem-intencionadas, muitas vezes se tornam mais uma camada de burocracia. Elas demandam tempo, energia e, não raro, mais verba. E enquanto isso, as políticas públicas – que deveriam chegar de forma ágil e eficiente à população – ficam emperradas em discussões e trâmites, e quem acaba sentindo na pele são os cidadãos, que esperam por melhorias em saúde, educação, infraestrutura e tantas outras áreas. Outro ponto crucial é a execução orçamentária, já que com toda essa estrutura desconectada fica difícil acompanhar para onde vai cada centavo. Um orçamento fragmentado pode significar duplicidade de gastos ou, pior, áreas essenciais ficando sem o

investimento necessário. É como fazer várias listas de compras separadas para a mesma casa: no final, você pode acabar com três pacotes de arroz e zero de feijão. Não se trata, claro, de criticar a existência de ministérios ou a importância de políticas setoriais. Eles são fundamentais! Mas o desafio está em como integrá-los. A chave talvez seja pensar menos em quantos ministérios temos e mais em como eles trabalham juntos. Menos “caixinhas” e mais “quebra-cabeças montados”. Menos comissões para corrigir falhas de comunicação e mais planejamento colaborativo desde o início. Um governo eficiente não é aquele que tem mais pastas, mas aquele que consegue fazer com que elas atuem de forma sinérgica. Menos tempo gasto em reuniões para resolver problemas de coordenação e mais tempo investido em ações que realmente transformem a vida das pessoas. No fim das contas, o que importa é que as políticas públicas cheguem até quem precisa, de forma clara, ágil e coerente.

Luciano Vacari é gestor de agronegócios e CEO da NeoAgro Consultoria.



DR. JOÃO PROPÕE LEI QUE GARANTE ADAPTAÇÃO ALIMENTAR E SONORA PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS

O deputado e primeiro-secretário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Dr. João (MDB), apresentou o Projeto de Lei nº 1412/2025, que assegura direitos fundamentais a crianças com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento nas escolas públicas e privadas do estado. A proposta garante, em casos de seletividade ou alergia alimentar comprovada por laudo médico, o direito de levar o próprio alimento, além da adaptação dos sinais sonoros ou musicais em volume e duração, respeitando a sensibilidade auditiva dos alunos.

Segundo o parlamentar, a proposta busca eliminar barreiras simples, mas que impactam diretamente o bem-estar e o aprendizado. “Estamos tratando de medidas que parecem pequenas, mas que fazem toda a diferença no dia a dia da criança e da família. Garantir o alimento adequado e evitar sons que causem crises é garantir inclusão de verdade”, afirmou Dr. João.

O texto apresentado adota parâmetros da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, reforçando o dever do

FOTO: DIVULGAÇÃO



Estado de promover adaptações razoáveis no sistema educacional.

Dados nacionais mostram que a demanda cresce a cada ano: entre 2023 e 2024, as matrículas de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) aumentaram 44,4%, passando de 636 mil para mais de 918 mil no país.

“Não podemos fechar os olhos para essa realidade. Precisamos preparar as escolas para acolher todas as crianças, sem exceção. Esse projeto é um passo importante nesse caminho”, completou o deputado.

A proposta segue para análise das comissões da Assembleia Legislativa antes de ser votada em plenário.